

COORDENAÇÃO

GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA

II CONGRESSO

# O PORTO ROMÂNTICO

ACTAS



CATÓLICA

CITAR - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO  
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES



PORTO



**CATOLICA**  
CITAR - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO  
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES



PORTO

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

## FICHA TÉCNICA

---

### TÍTULO

II CONGRESSO “O PORTO ROMÂNTICO” - ACTAS

### COORDENAÇÃO

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

### DESIGN GRÁFICO + E-PAGINAÇÃO

Carlos Gonçalves

### EDIÇÃO

CITAR  
Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes  
Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa

### ISBN

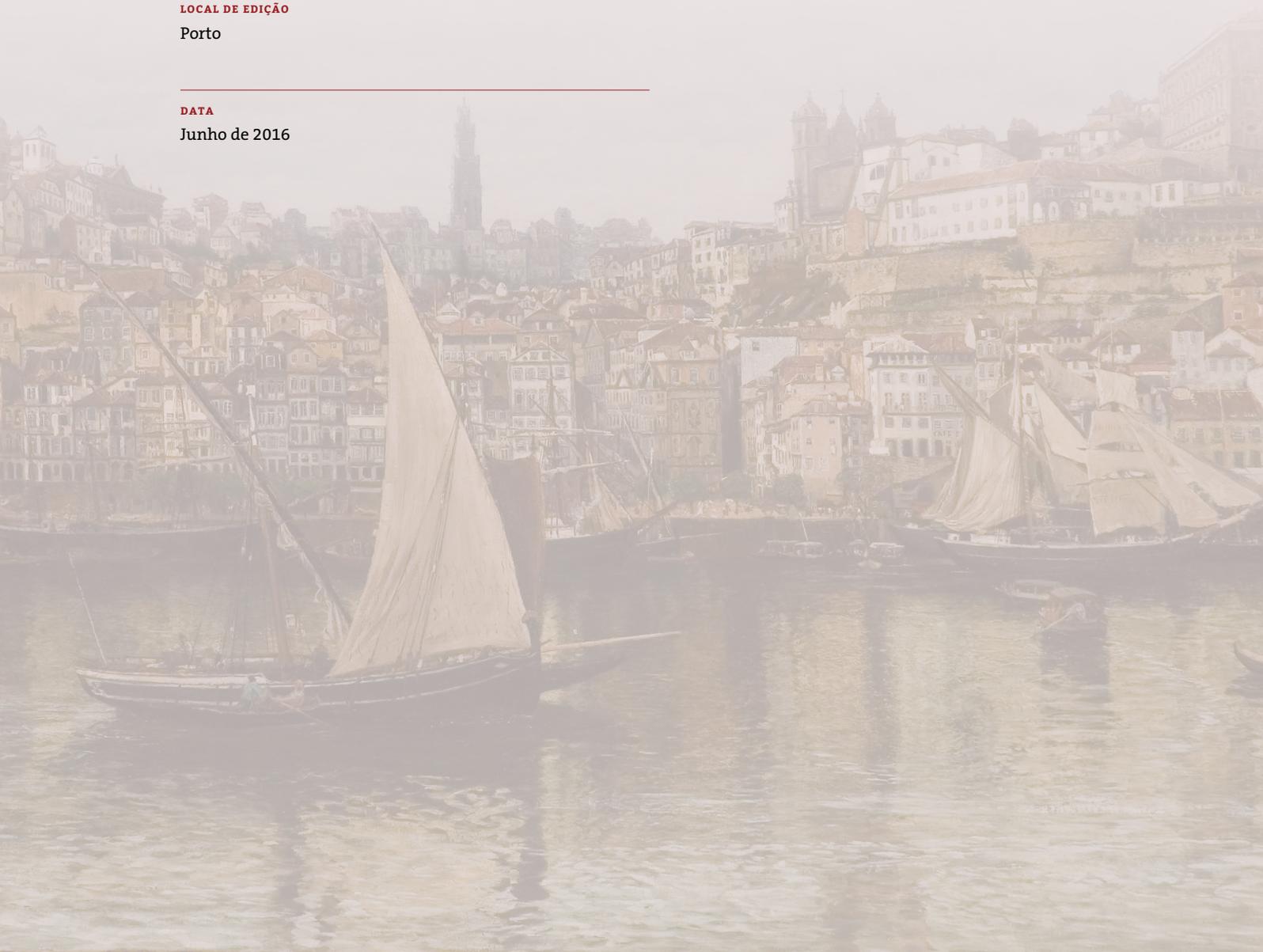
978-989-8497-07-9

### LOCAL DE EDIÇÃO

Porto

### DATA

Junho de 2016



# PROSTITUIÇÃO NO PORTO (DITO) ROMÂNTICO

Luís Alberto Alves & Francisco Miguel Araújo<sup>1</sup>

*“Reconhecendo que a prostituição infringe a lei do trabalho, desenvolve os hábitos d’ostentação, fomenta a preguiça, a embriaguez e o roubo, affasta da oficina o operário e dos seus labores honestos o homem do commercio e da industria, ataca a paz domestica e compromette o futuro das famílias, são as prostitutas accordes em se considerar a si proprias como devendo soffrer em perda de liberdade as consequências do seu funesto erro”<sup>2</sup>.*

O fenómeno da Prostituição ao longo de Oitocentos, referido amiudamente ser tão antigo como a própria Humanidade, parece ter conhecido um certo crescimento exponencial entre o tecido social do mundo ocidental, tornando-se uma questão cada vez mais pertinente entre as autoridades políticas, policiais e médicas quanto ao seu cerceamento a bem da saúde e da moral pública<sup>3</sup>. Antagonismo tão mais proeminente quando, na consolidação de uma sociedade burguesa, defensora dos valores do trabalho, da instrução, da sobriedade, do respeito e da honra, o próprio comércio do sexo contrastava com a emergente ideia dos sentimentos do “amor romântico e puro” dos floreados literários da época.

As “meretrizes”, “cortesãs”, “mulheres públicas” ou, o mais agreste, “prostitutas”, estabelecendo uma correlação direta entre o sexo feminino e a promiscuidade e libertinagem sexual a troco de dinheiro, além dos preconceitos morais e religiosos que enfrentavam no seu quotidiano, passavam também a ser um alvo suspeito no plano da degenerescência física e moral. Não só agentes transmissoras das doenças venéreas que tanto atingiam os insalubres lares operários como os das mais respeitáveis famílias, mas também pelas suas vidas dissolutas e amarguradas promotoras de outros graves problemas sociais: indigência, alcoolismo e criminalidade.

<sup>1</sup> Luís Alberto Alves, professor associado do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Francisco Miguel Araújo, doutorando na mesma instituição com projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/POPH/QREN/UE), investigador do CITCEM.

<sup>2</sup> ANTONINO, José – *A Prostituição sob o ponto de vista da hygiene social*. Porto: Typ. Universal de Nogueira e Caceres, 1881, p. 35.

<sup>3</sup> Vd., a este propósito e entre outros, DUFOUR, Pedro – *História da prostituição em todos os povos do mundo desde a mais remota Antiguidade até aos nossos dias*. Lisboa: Emp. Lit. Luso-Brasileira Ed., 1895. PESSOA, Alfredo de Amorim – *História da prostituição em Portugal desde os tempos mais remotos da Lusitânia até aos nossos dias*. Lisboa: Emp. Editora de F. Pastor, 1887. SANTOS, Carlos – *A Prostituição em Portugal nos séculos XIX e XX*. *História*. Lisboa: Projornal. 41 (Mar. 1982), pp. 2-21. ROBERTS, Nickie – *Whores in History: prostitution in Western Society*. New York: Harper Collins, 1992. JEFFREYS, Sheila – *The idea of prostitution*. Melbourne: Spinifex Press, 1997. PAIS, José Machado – *A prostituição e a Lisboa boémia: do século XIX a inícios do século XX*. Porto: Ambar, 2008. SILVA, Susana – *Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal*. In [www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n184/n184a05](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n184/n184a05) (2014.06.05; 21 h).

Diversos países europeus, compreendendo a inexequibilidade de encerrar tal realidade económico-social – que até Santo Agostinho tinha já reconhecido como um “mal necessário” perante as perturbações sociais de uma eventual libertinagem – começaram a procurar condicionar e controlar este segmento específico. Os regulamentos profissionais, policiais e sanitários que foram sendo implementados e copiados um pouco por todas as nações, entre os eixos de liberalização, proibicionismo ou tolerância, impuseram uma fiscalização que possibilitaria reduzir os riscos sociais da Prostituição, oferecendo um exemplo civilizacional de respeito e dignidade para todos.

No Portugal liberal, nomeadamente nas cidades de Lisboa e do Porto, pela sua maior dimensão populacional e polos económicos atrativos das realidades migratórias, os poderes locais não deixaram de sentir a necessidade de uma conduta administrativa similar, sobretudo porque pelo novo *Código Administrativo Português de 1836* passara a vigorar um regime de tolerância face à prostituição. Desde que a entrada da mulher nela não fosse um ato atentatório e forçado, permanecendo como crime o Lenocínio, era da responsabilidade das autoridades públicas vigiar e regular esta sua valência profissional dos pontos de vista da moralidade e da sanitariedade, surgindo assim estatísticas oficiais, uma Polícia Sanitária e versões do *Regulamento Policial e Sanitário das Meretrizes* em várias localidades nacionais<sup>4</sup>.

Só que o problema da Prostituição mereceu por razões médicas e higiénicas um olhar escrutinador dos clínicos oitocentistas, abordando-se por associação as questões sociais e económicas, como o atestam as dissertações inaugurais dos diplomados na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Estas monografias inseridas nas provas académicas do “Acto Grande”, defendidas e avaliadas por um júri de lentes no final do curso superior, eram da total responsabilidade na escolha e redação dos candidatos, que procuravam juntar o mais diverso tipo de materiais de análise e de consulta para fundamentarem as suas proposições e resultados científicos. No caso desta temática particular, José Antonino (1881), Jorge Vieira (1892), Manuel Tibério Ferraz (1893) e Adelino Silva (1895) legaram-nos um valioso contributo científico e sociomental sobre este fenómeno no Porto Romântico.

Assim, partindo do seu estudo crítico e entrosando com outras monografias sobre a Prostituição num âmbito cronológico aproximado, por norma muito mais gerais nas suas perspetivas nacionais ao invés das realidades locais, procuraremos delimitar um quadro social, moral e económico sobre este mundo marginal, mas omnipresente das prostitutas nas suas vivências no quadro da cidade do Porto oitocentista.

## 1. Uma perspetiva histórica da Prostituição no Porto Romântico

*“A prostituição no Porto não é maior do que a das outras cidades no estrangeiro com igual população”<sup>5</sup>.*

Porém, na primeira metade do século XIX, a consulta de fontes primárias de diversas tipologias não é muito explícita quanto às “mulheres públicas” e à sua integração entre as gentes tripeiras. Todavia, encarando a sua condição matriz de cidade marítima e de entreposto comercial, numa circulação constante de pessoas do burgo, das áreas circundantes e de estrangeiros, em especial os marinheiros

<sup>4</sup> Vd., a este propósito, CRUZ, Francisco Ignacio dos Santos – *Da prostituição na cidade de Lisboa*. Lisboa: Typ. Lisbonense, 1841. AZEVEDO, Francisco Pereira d’ – *Historia da prostituição e Policia Sanitaria no Porto*. Porto: Typ. Francisco Gomes da Fonseca, 1864. LEMOS, Alfredo Tovar – *A prostituição*. Lisboa: Tip. Colonial, 1908.

<sup>5</sup> Vd. AZEVEDO, Francisco Pereira d’ – “Op. Cit”, p. 160.

das frotas mercantes em trânsito pelo Atlântico, as condições para a presença de uma prostituição algo velada estariam facilmente reunidas. Por exemplo, as meretrizes que seguiam os soldados liberais e aqui se instalaram durante as operações militares do Cerco do Porto e a existência de um recolhimento devotado a “Nossa Senhora do Resgate e Livramento”, administrado inicialmente pela Congregação do Oratório do Porto, que acolhia os enfermos e as prostitutas convertidas; ou o malfadado “Botequim do Pepino” na Ribeira, local de passagem de náuticos, de jogo e de prostituição, descrito por Arnaldo Gama em *O Génio do Mal* (1856-1857), no qual: “os andares de cima eram a vivenda do dono da casa, mas quando havia mais obra serviam como qualquer outro para o ganho”<sup>6</sup>.

Singularmente, em 1839, um médico portuense Francisco Luiz Corrêa publicava o *Manifesto do inventor do preservativo do contagio venereo a todos os Facultativos do mundo*<sup>7</sup>, entre grande polémica e proibição de venda decretada pelo Conselho de Saúde do Reino, nada mais do que um sabão-pomada mercurial impregnado numa substância gordurosa de aplicação tópica! E, cerca de quatro anos depois, o governador civil do distrito ordenou o arrolamento e a inspeção médica de todas as meretrizes na cidade, após registos de um surto de sífilis entre os elementos da guarnição militar.

Por meados da centúria, as forças policiais do burgo perseveravam na observância dessas competências, por intermédio do delegado de saúde agregado, regulamentando a matrícula e observância das prostitutas, sempre que estas procediam ao assentamento de domicílio nos serviços de administração dos bairros civis, ainda que com alguma resistência pela exposição pública acarretada. Só que o crescente triunfo da corrente da oficialização ou tolerância na discussão do discurso jurídico-legal sobre a Prostituição tendia a admitir com maior normalidade a atividade do comércio sexual do ponto de vista do negócio e sanitário, limitando a bem mais perigosa prostituição clandestina.

Regulamentos policiais, licenças administrativas, penas judiciais e inspeções sanitárias periódicas aplicadas exclusivamente a este universo feminino, num certo paradoxo discriminatório quanto à total isenção dos seus clientes, eram a suposta garantia para a saúde pública, a paz social e até o respeito pelas conveniências sociais. O primeiro dos diplomas para a cidade data de 1853, idêntico ano do promulgado para a capital do reino, constando o *Regulamento Sanitário das Meretrizes do Porto*<sup>8</sup> de oito normativas que institucionalizavam muitas das antigas práticas: livro de matrícula das meretrizes, inspeções sanitárias, condições de exercício da profissão, coimas por desobediência ou incumprimento. Em 1856 foi alvo de uma reformulação com novas adendas; em particular, as penas legais para as prostitutas e as patroas das casas de toleradas.

Em 1860, o governador civil, visconde de Gouveia, determinou a elaboração de um novo regulamento policial e civil para a classe profissional, o *Regulamento Policial e Sanitário das Meretrizes dos concelhos do Porto e do de Vila Nova de Gaia*<sup>9</sup>, de 67 artigos, revisto logo no ano seguinte, agora mais focado na

<sup>6</sup> Apud PIMENTEL, Alberto – *O Porto na berlinda: memorias d’uma familia portuense*. Porto: Liv. Chardron, 1894, p. 145.

<sup>7</sup> CORRÊA, Francisco Luiz – *Manifesto do inventor do preservativo do contagio venereo a todos os facultativos do mundo*. Porto: Typ. Comercial Portuense, 1839.

<sup>8</sup> Apud ALBERTO, José Maria – *Dos crimes sexuais: do crime de lenocínio em especial. O novo paradigma da Criminalidade Sexual*. [S.l.: s.n.], 2012, p. 21. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais na Universidade Autónoma de Lisboa.

<sup>9</sup> Governo Civil do Porto. *Regulamento Policial e Sanitário das Meretrizes dos Concelhos do Porto e do de Vila Nova de Gaia*. Porto: Typ. de C. Gandra, 1860.

organização da prostituição tolerada e de reforço das competências dos poderes públicos na fiscalização, detenção e tratamento tanto das prostitutas toleradas como das clandestinas. Quiçá, articulado com a eficácia e rigor desta Polícia Sanitária do Porto, em 1865, na Cadeia da Relação foi criado um “Asilo das Mulheres Vagabundas”, mescla de casa de detenção e de correção, onde se procurava inculcar nas prisioneiras preceitos religiosos, a modéstia no vestir, a temperança nos comportamentos e o valor do trabalho honesto em atividades artesanais<sup>10</sup>.

A última grande obra legislativa municipal para este fenómeno ficou a dever-se ao conde de Samodães, no âmbito geral da reorganização do corpo de Polícia Civil do Porto em 1868<sup>11</sup>, na transferência dessas competências do Governo Civil para o Comissariado Geral da Polícia, entre eles o *Regulamento de Policia das Toleradas no Districto do Porto*<sup>12</sup>. Do seu corpo de texto, um total de 74 artigos distribui-se entre sete capítulos: “Da organização, atribuições e fins da repartição do serviço policial e sanitário das toleradas” (cap. I), “Do serviço policial das toleradas” (cap. II), “Dos Collegios ou Casas de Tolerancia” (cap. III), “Inspeção sanitária” (cap. IV), “Disposições diversas” (cap. V), “Disposições aplicáveis aos restantes concelhos do distrito do Porto” (cap. VI) e “Da casa de detenção e observação no Aljube” (cap. VII).

No essencial não aparenta haver grandes alterações sobre a regulamentação a que as toleradas estavam sujeitas pela Polícia Sanitária, por oposição à maior vistoria sobre as mulheres que procuravam escapar-se ao controlo destas autoridades, embora alguns dos artigos revelem medidas burlescas. Assim, eram coagidas a declararem-se toleradas as mulheres sem meios de subsistência que recebiam a visita indevida de homens, as que frequentavam as casas de tolerância ou suspeitas de tal, as que conviviam e se amancebavam com soldados, marinheiros ou praças do corpo da polícia, ainda que estes estivessem proibidos de conviver com prostitutas fora da inspeção policial e sanitária.

A inscrição de raparigas menores de 17 anos na profissão e o aliciamento público eram condenáveis, o recolhimento obrigatório era à meia-noite, as suas residências não poderiam localizar-se junto de edifícios públicos e religiosos e as janelas deviam ser tapadas com persianas ou cortinas. Se optassem por viver em conjunto deveriam requisitar licença policial ou então entrar ao serviço numa casa de toleradas, acordando com a respetiva dona as condições e regras do trabalho e prestando contas semanalmente, não se podendo aí vender bebidas e permitir os jogos de azar.

Desde 1886, na Academia Portuense de Belas Artes, os alunos começam a ter as primeiras aulas de anatomia pictórica com modelos femininos ao vivo, inaugurando um considerável acervo patrimonial e artístico de desenhos do nu feminino. O inusitado da situação e o decoro social levou a que os lentes da escola tivessem de recorrer às prostitutas, as únicas que aceitavam a troca de dinheiro expor-se em frente da classe discente pelo tempo necessário. Obviamente que as poucas mulheres que então frequentavam as aulas estavam igualmente proibidas de assistir a este processo de ensino-aprendi-

<sup>10</sup> Vd. SANTOS, Maria José Moutinho – *A sombra e a luz: as prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

<sup>11</sup> Governo Civil do Porto. *Regimento ou Instruções Regulamentares e Disciplinares do Corpo de Policia Civil do Porto*. Porto: Typ. António José da Silva Teixeira, 1868.

<sup>12</sup> Governo Civil do Porto. *Regulamento de Policia das Toleradas no Districto do Porto*. Typ. do Jornal do Porto, 1868.

zagem em particular, indiferente quanto ao género do modelo despido, razão que levaria a maioria a não cumprir na íntegra os planos de estudos dos cursos existentes<sup>13</sup>.

## 2. Prostituição oitocentista: móbil e modalidades

*“Não vou referir todas as causas de prostituição que ainda subsistem nos tempos modernos [...]; falarei simplesmente das causas que ahi vemos todos os dias augmentar o numero de prostitutas e as quaes podem ser consideradas em dois grupos; umas inherentes á propria natureza da mulher, outras dependentes dos meios em que ella vive; aquelas intrinsecas, estas extrinsecas”<sup>14</sup>.*

Os historiadores parecem alinhar por um mesmo tom quanto a um aumento substancial da Prostituição um pouco por toda a Europa, entre finais do século XVIII e por todo o século XIX, enquadrado nas radicais transformações socioeconómicas da difusão da Revolução Industrial. O crescente peso do sector industrial face à agricultura e ao comércio, o aumento dos fenómenos migratórios do êxodo rural e da emigração, a expansão urbana e a formação de uma classe operária, tudo neste conjunto agravou a miséria e o pauperismo social entre as franjas mais pobres e desprotegidas da sociedade, obrigadas a lançar mão a todas as alternativas de sobrevivência, mesmo que ilícitas. Outro facto que poderá ter influído no caso das “mulheres públicas” foi o dos movimentos de abolição da escravatura negra por muitos países europeus, porque afinal a disponibilidade sexual das cativas era também um dos direitos que os senhores arrogavam para si e os seus familiares<sup>15</sup>.

Comparativamente, outras causas mais pessoais permanecem tão válidas, antes como hoje, para as mulheres que optavam por essa profissão indigna: carência de educação e instrução familiar e pública, núcleos familiares desestruturados e em ambientes de promiscuidade, necessidade por falta de trabalho ou da própria miséria social e mesmo como complemento dos poucos rendimentos profissionais. Mas também para tantas outras a corrupção dos costumes e da moral, o afastamento da religiosidade e dos mandamentos da Igreja, o aliciamento por uma vida de luxo e de riqueza fácil, a cedência ao despotismo e à preguiça ou a fuga dos seus meios de residência por deceções amorosas e o julgamento por terceiros do seu carácter e conduta duvidosa.

O clínico Jorge Vieira apontava, por seu lado, algumas características mais típicas para a Prostituição na capital nortenha, delineando a interligação comum com a expansão industrial e urbana do Porto Romântico, o êxodo rural dos meios circundantes engrossando a classe operária e as gentes mais humildes e pobres, nas oficinas e outros locais de trabalho, e a coação dos mestres e capatazes sobre as suas subordinadas. A emigração transatlântica que sangrou muita da população do norte do país, tendo como principal destino o Brasil, terá impellido muitas mulheres solteiras e casadas para o submundo da Prostituição, dada a falta de noivos e o abandono dos chefes de família que deixavam muitos lares desamparados e sem meios de subsistência. Já a suposta influência da literatura de

<sup>13</sup> Vd. ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel – Rumos da internacionalização na história da Universidade do Porto. In TEIXEIRA, Pedro, ed. – *Percursos da internacionalização na Universidade do Porto: uma visão centenária*. Porto: U. Porto Editorial, 2014, pp. 99-103.

<sup>14</sup> VIEIRA, Jorge – *A prostituição no Porto*. Porto: Typ. José da Silva Mendonça, 1892, p. 16.

<sup>15</sup> Vd. ARAÚJO, Francisco Miguel; ALVES, Sandra – Vivências dos escravos leceiros do séc. XVIII. In *CONFERÊNCIAS DE LEÇA DA PALMEIRA 2007/09*: actas, Leça da Palmeira, 2009, pp. 136-143.

romance, dos teatros e dos bailes de Carnaval, despertando desejos lascivos de amores e paixões proibidas, e o calor do país a contribuir para o temperamento ardente da raça portuguesa eram razões tendencialmente mais fantasiosas.

Na globalidade depreendia-se que a maioria das prostitutas tinha por aí enveredado por um qualquer incidente na sua vida e de forma furtiva, depreendendo-se a existência de dois tipos de meretrizes, as clandestinas ou insubmissas e as toleradas ou submissas. As primeiras, quase sempre ocultadas sob profissões lícitas ou amantizadas, transversais a todas as classes sociais, que recusavam a licença policial e o controlo sanitário, tanto por se encontrarem de passagem, por sonegação do estigma público ou por considerarem que isso as tornava mais atrativas aos olhos de novos clientes; as segundas, com a autorização oficial para exercer o mister em casas individuais ou de tolerância, distintas entre as de 1ª classe, com inspeção policial ao domicílio, e as de 2ª classe, que recorriam ao dispensatório no Aljube.

Hegemonicamente feminina, não se pode olvidar que também existia Prostituição no masculino, que além de ser totalmente reprimida se identificava integralmente com os “uranistas” ou homossexuais, isto é, “*todos aquellos que põem os encantos e depravação ao dispor de quem mais dá*”<sup>16</sup>. Quer praticando-a por conta própria, quer em casas de tolerância dissimulada com contratos como serviços domésticos, essa minoria de prostitutas exercia num regime totalmente silenciado, visto a sodomia ser condenada do ponto de vista religioso e também do Direito Civil. De resto, mesmo que muitas das relações homossexuais passassem pelo engate fortuito ou a intimidade ciosa entre o casal, aqueles que cediam ao comércio sexual eram duplamente recriminados por venderem o seu corpo e darem azo à sua perversão sexual.

### 3. As Toleradas no Porto: um retrato socioprofissional

*“O Douro era a terceira provincia com maior escala de prostituição tolerada ressentindo-se do numero de inscrições no Porto”*<sup>17</sup>.

Antevendo-se os naturais constrangimentos entre as duas categorias de prostitutas na fiscalização pela Polícia Sanitária, a resenha de um estudo socioprofissional cinge-se ao estatuto de tolerada, usufruindo-se dos parâmetros identificadores no seu livrete ou cédula aquando do ato de matrícula. Deste modo, estaremos perante um conhecimento parcelar desta realidade em particular, pois muitos autores contabilizavam o triplo de mulheres clandestinas nesta vida face às suas companheiras legalizadas, mau grado estas resultarem muito mais das detenções policiais do que da sua livre iniciativa.

Do cruzamento das fontes consultadas, mormente na tese de Jorge Vieira para o período limite de 1884-1891, a caracterização global revela um predomínio claro de mulheres solteiras sobre as casadas e viúvas, analfabetas e muitas de filiação legítima. Por proveniências geográficas num universo de 1156 toleradas inscritas, igualmente as portuguesas (907 – 78,5%) dominavam face às estrangeiras (249 – 21,5%), com uma projeção inegável do distrito do Porto (334 – 28,9%), logo seguido dos limítrofes de Viseu (123 – 10,6%), Braga (102 – 8,8%), Vila Real (67 – 5,8%), Viana do Castelo (59 – 5,1%) e Aveiro

<sup>16</sup> SILVA, Adelino – *A inversão sexual*. Porto: Typ. Gutenberg, 1895, p. 198.

<sup>17</sup> FONSECA, Ângelo – *Da prostituição em Portugal*. Lisboa: Typ. Occidental, 1902, p. 35.

(55 – 4,8%), com Lisboa a ser o único com alguma representatividade nos distritos a sul (48 – 4,2%)<sup>18</sup>. Só que, hierarquicamente, o segundo lugar pertencia ao reino vizinho de Espanha (239 – 20,7%), prostitutas bastante apreciadas vindas de um “*paiz de primeira ordem em exportação de mulheres*”<sup>19</sup>, encerrando o Brasil, Marrocos, França e Itália esse pendor internacional (10 – 0,9%).

Em termos profissionais, por escalões etários a maioria das prostitutas submissas eram mulheres jovens, incluindo algumas raparigas abaixo da idade legal permitida, mas que os polícias admitiam por não terem proteção familiar ou após detenções sucessivas. Mais de metade na faixa etária dos 15-20 anos de idade (745 – 64,4%), quase o dobro face ao escalão 20-30 anos (394 – 34,1%), e o diminuto entre os 30-40 anos (18 – 1,6%), comprovando o valor da juventude e da beleza feminina no comércio do sexo. Analogamente, menos de um quarto não referenciava como profissões anteriores ter servido como serviçal (541 – 46,8%) e costureira (374 – 32,3%), notando-se por conexão uma origem pobre e humilde no seio das classes trabalhadoras pela presença de outras categorias como as operárias fabris (49 – 4,2%), trabalhadoras rurais (46 – 4%), domésticas (31 – 2,7%) e numa heterogeneidade de atividades de baixa condição como regateiras, modistas, cigarreiras, tecedeiras, padeiras, etc.

Durante essa passagem pela Prostituição, é curioso notar que muitas acompanhavam os próprios movimentos sazonais da sociedade portuense, nomeadamente na época balnear, seguindo os amantes que as mantinham ou procurando melhores oportunidades de negócios com novos clientes. Em estâncias como a Póvoa de Varzim e Espinho, o número de matrículas de toleradas praticamente triplicava no verão, beneficiando da dispensa de apresentação junto das autoridades de Matosinhos e Vila Nova de Gaia, que caíam sob a jurisdição do Governo Civil<sup>20</sup>. O abandono da profissão decorria normalmente sob termo de responsabilidade de terceiros que zelava pela sua boa conduta posterior ou acumulação de fundos de reserva e recursos próprios, sendo superior o contingente daquelas que sumiam das estatísticas municipais por falecimento mais do que pelo reconhecimento dos laços matrimoniais.

No último quartel de Oitocentos o número médio de toleradas constatava uma ligeira diminuição de matrículas, propensão que se acentuava no aproximar do século XX, permanecendo as dúvidas sobre a sua explicação: menor vigilância da Polícia Sanitária do Porto ou maior cuidado das mulheres em permanecer na clandestinidade? Porém, esse segmento de algumas centenas teria uma certa irradiação numa cidade para a qual os censos apontavam uma densidade populacional média de perto de 140 mil habitantes. Não obstante o número de casas de tolerância divergir dessa linha quantitativa, classificados entre colégios de 1ª categoria de vivência diária e as casas de passe para encontros casuais, o pequeno incremento para alguns dos clínicos escondia o encerramento anual de vários estabelecimentos do género, acusando que as licenças policiais demandadas não corresponderiam a um funcionamento contínuo ou a uma existência alongada.

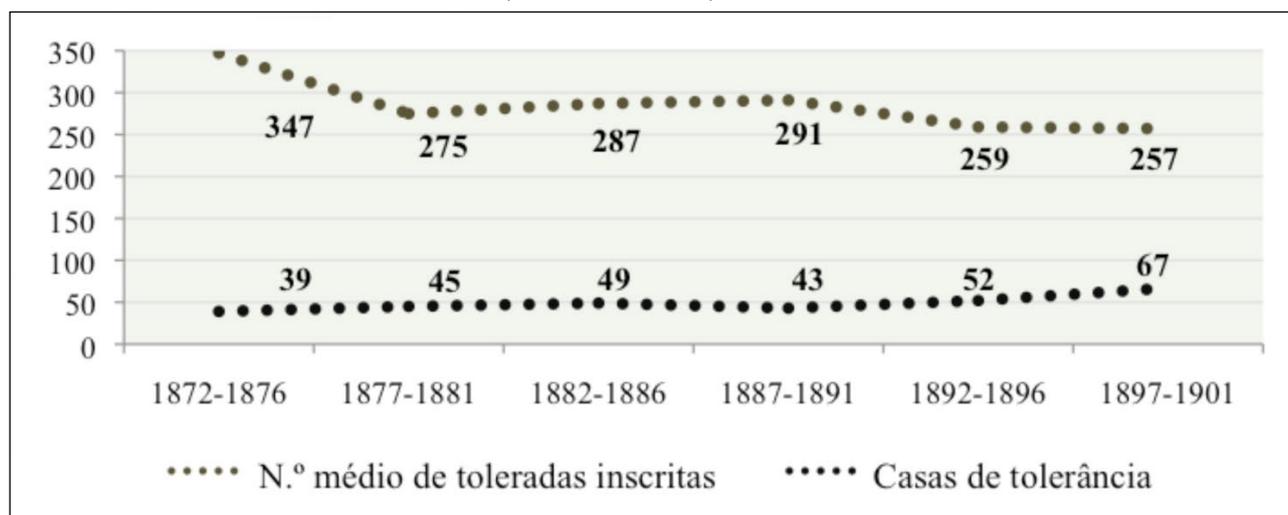
---

<sup>18</sup> Deve ressaltar-se um pequeno lapso na análise estatística do próprio Jorge Vieira, que nos seus quadros contabiliza um total de 146 toleradas para o ano de 1889, de um total global de 1157 elementos, quando na realidade para a naturalidade o mesmo perfaça somente 145.

<sup>19</sup> VIEIRA, Jorge – *Op. cit.*, p. 34.

<sup>20</sup> Vd. COELHO, Eva; MARTINS, Roberto – *As toleradas da Póvoa de Varzim (1871-1950)*. Póvoa de Varzim: [Edição do Autor], 2008.

**Gráfico 1** – Evolução da Prostituição no Porto (1872-1901)



Fonte: FONSECA, Ângelo – *Da prostituição em Portugal*, 1902<sup>21</sup>.

Até ao momento, apenas se conhece pormenorizadamente a distribuição topográfica dessas casas de tolerância para o ano de 1891, perfazendo um total de 36 residências com licença para 180 meretrizes<sup>22</sup>. A disparidade geográfica marcava a sua instalação, fruto das condições legais exigidas, com uma maior concentração nas freguesias urbanas da baixa do Porto: Santo Ildefonso (15), Sé (7) e Vitória (6), algumas até em ruas importantes e concorridas, outras nos arruamentos adjacentes mais sossegados e com alugueres mais em conta. Justamente nesse centro nevrálgico pontuavam a viela de Liceiras (atual rua Alferes Malheiro) com quatro moradias e a rua da Cordoaria Velha e a viela de S. Roque (rua da Vitória) com três cada, daí espaçando-se para os arrabaldes do Bonfim, Cedofeita, Lordelo, Miragaia e Foz do Douro.

O quotidiano de cada uma delas era estabelecido pela patroa e pelas governantas, que definiam os horários e as regras de convivência entre clientes e prostitutas, estando o horário de fecho oficialmente determinado para as duas horas da madrugada. Estas gozavam de alguma liberdade de movimentos em acordo com a gerência, podendo receber aí os seus amantes ou decidir as suas saídas diárias ou definitivas conforme os seus próprios interesses, variando o pagamento dos honorários entre a metade e um terço do preço fixado por contrato. A publicidade dos mesmos queria-se discreta e recatada, sendo feita por distribuição de cartões de visita entre o público masculino, conhecimentos nos teatros, cafés e outros recintos de entretenimento ou a exposição das toleradas nesses locais ou às janelas das casas de tolerância.

<sup>21</sup> FONSECA, Ângelo – *Op. cit.*, pp. 378-385. O presente levantamento estatístico apresenta uma limitação de análise metodológica pelo seu autor ter procedido ao uso de valores médios quinquenais de matrículas de toleradas ao invés de nominais.

<sup>22</sup> VIEIRA, Jorge – *Op. cit.*, pp. 47-49.

#### 4. O discurso médico-cirúrgico oitocentista sobre a Prostituição

*“A prostituição é, sem duvida, uma causa importante da degenerescencia physica e moral do povo portuguez e uma causa de morte prematura de todas as mulheres que a têm por modo de vida, quer pelos excessos de toda a ordem, quer pelas doenças a que estão sujeitas – a syphilis e a tuberculose”<sup>23</sup>.*

Alheada das especulações filosóficas e político-religiosas quanto a este fenómeno, a classe médica nacional dedicava alguma atenção à sua articulação com as indagações prementes sobre a Saúde Pública, numa época em que as correntes higienista e epidemiológica estavam em grande voga além-fronteiras. Ora, uma das grandes impulsionadoras nacionais desse movimento era a Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1836-1911), *alma mater* de categorizados cientistas como os professores Januário Galvão, António de Sousa Júnior, João Lopes Martins ou Ricardo Jorge, encaminhando muitos dos alunos recém-diplomados para o estudo e investigação nessas áreas científicas.

Comummente, na perceção dos clínicos portuenses de Oitocentos, a manutenção da Prostituição no Porto e no restante país era aconselhável, desde que nos moldes de um regime de tolerância com a divulgação de medidas profiláticas contra as doenças venéreas, diretamente relacionadas com as meretrizes como principal foco da sua disseminação. A maioria das suas apreciações profissionais prendia-se, portanto, com o exame e a prevenção dos riscos para a Saúde Pública e as suas propostas médico-clínicas pela promoção de hábitos e cuidados higiénicos pessoais, englobavam: a instrução das mulheres e dos seus clientes para os sinais e tratamento do tipo de doenças sexualmente transmissíveis, a utilização de métodos contra a sua transmissão (preservativo, águas higiénicas, cremes e loções desinfetantes, etc.) e o combate acérrimo à prostituição clandestina<sup>24</sup>.

O reforço da ação da Polícia Sanitária era outro dos apelos mais subscritos, a identificação das prostitutas no ativo, o aumento da frequência das visitas sanitárias, as melhorias dos serviços prestados nos dispensatórios e nos hospitais durante os tratamentos, aqui numa dupla vertente formativa quanto aos riscos da profissão e à reeducação moral e cívica para ponderarem uma mudança de vida. Até porque no caso do burgo portuense, o sistema montado por essa repartição policial se revelava insuficiente para poder abranger todas as toleradas da cidade, logo, muito menos todas as que se movimentavam na clandestinidade.

Os dois médicos-inspetores tinham pouco pessoal auxiliar para os acompanhar e tinham de se revezar entre os domicílios e o dispensatório, o Hospital de Santo António possuía apenas duas enfermarias próprias com 89 camas para tratamento das prostitutas em regime prisional que incluía todo o tipo de enfermidades e sentia-se a falta de um hospital exclusivo para as doenças venéreas. Todo o trabalho era altamente comprometido pela própria conduta das interessadas: as que estavam infetadas procuravam dissimular a doença para não perderem dias de trabalho; e as patroas das casas de tolerância nem sempre eram muito rigorosas no controlo da higiene e estado de saúde das

<sup>23</sup> FERRAZ, Manuel Tibério – *Breves considerações a respeito das principaes causas de degenerescência physica, moral e intelectual do povo portuguez*. Porto: Typ. de Pereira & Cunha, 1893, p. 125.

<sup>24</sup> Vd., por exemplo, MOUTINHO, António Ferreira – *Syphilis. Breve noticia do descobrimento do seu preservativo*. Porto: Typ. Imprensa Portuguesa, 1880.

subordinadas, embora partilhassem com elas a responsabilidade de parte das penas pecuniárias aplicadas pelas autoridades oficiais.

E se a sífilis era a maleita mais reconhecida do submundo da Prostituição, cujo ainda difícil tratamento suplantava outro tipo de doenças sexuais, a tuberculose encontrava também numa vida desregrada um meio propício para o seu alastramento com o aumento das doenças respiratórias pela exposição ao frio, às correntes de ar e ao vestuário mais revelador no jogo de atração pelos clientes. Por outro lado, associavam-se outros tantos problemas de saúde decorrentes do exercício do comércio do sexo: infertilidade e abortos, alterações da voz, congestões e apoplexias e outras que levavam a determinar a Prostituição como causa de degenerescência física e social, esta última procurando imputar a asserção condenável do alcoolismo e do lesbianismo entre as prostitutas, práticas frequentes de escape à dura realidade e ao isolamento social a que eram votadas, trilhos que denegriam ainda mais as suas vidas para os horizontes futuros...

Uma última preocupação do discurso médico-cirúrgico desses tempos eram precisamente as propostas de reabilitação pessoal e profissional das antigas meretrizes passados os encantos da idade, escusando-se às hipóteses mais verosímeis observadas: uma mortalidade precoce ou o enveredar pela Criminalidade participando, isoladas ou em grupo, com outros delinquentes, em esquemas de extorsão, assaltos e roubos. A necessidade de as dotar com uma atividade profissional aceitável ou outros meios de subsistência legítimos instigava à criação de asilos de internamento para as antigas “mulheres públicas” enquanto institutos de educação e de formação, ao invés de mero local de passagem de detenção ou convalescença, combatendo a miséria e a ignorância de um segmento marginalizado em todas as sociedades ocidentais modernas.

## 5. Eixos de reflexão

*“O Porto conta uma população de 130:000 almas e tem em circulação 380 prostitutas matriculadas. Está pois o numero de meretrizes para o de habitantes na proporção de 2,9%, proporção esta que é um pouco inferior á que se dá em Lisboa, a qual é de 3,2% [...] Quanto ao confronto com algumas cidades europeas, vê-se que a proporção é entre nós relativamente superior, pois que Paris, Madrid, Berlim, Berne, Marselha, Bordéus e outras, apresentam uma percentagem inferior á de Lisboa e ainda á do Porto”<sup>25</sup>.*

Talvez a afirmação *supra*, nessa comparação estatística internacional da Prostituição para o século XIX, se encontre algo desproporcionada. No Porto e noutras localidades nacionais à data, o número de prostitutas registadas seria evidentemente significativo, mas cremos que esta maior visibilidade pública se tenha ficado a dever à promulgação da legislação nacional e municipal, que as passou a demarcar com maior rigor. Neste caso, o nosso país partilhava dessa discussão europeia sobre as vantagens e desvantagens da Prostituição Pública, vacilando entre o proibicionismo e a liberalização, elegendo-se esse meio-termo da tolerância que melhor permitiria controlar o comércio do sexo.

Entre outras esferas da ingerência governativa, o Estado liberal português assumiu esse papel regulador deste submundo socioeconómico, transpondo em parte os constrangimentos das condenatórias mensagens religiosas e morais, intervindo com objetivos sociais e de saúde em nome do bem

<sup>25</sup> VIEIRA, Jorge – *Op. cit.*, p. 29.

comum. Afinal, mesmo que desenquadrado dos valores e das representações da sociedade burguesa, por vezes em clara rutura com as regras de etiqueta vigentes, os perigos da clandestinidade desta classe profissional em contraciclo assim o justificavam. Os grandes flagelos das camadas sociais mais pobres – criminalidade, alcoolismo, indigência e prostituição – não poderiam comprometer em demasia o progresso nacional e a paz pública!

Quer nestas questões legais, quer nas do discurso profilático, em Oitocentos abundam generalizações que ilustram bem o estigma que o fenómeno acarretava, principalmente a sua identificação quase integral com o género feminino, perante uma ainda mais marginal prostituição masculina nas ruas e lupanares, enquanto exemplo da imoralidade e da degradação da Humanidade. “Mulheres públicas” que, se não fossem arrebatadas velozmente pela Morte, sífilíticas, tuberculosas ou alcoólicas, como os atestados de óbitos frequentemente atestavam, dificilmente conseguiam realizar uma transição social sem réstios de mácula dessa sua passagem pelo comércio do sexo.

Paralelamente, no referente ao caso dos clínicos da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, as suas extrapolações referem que a maioria das prostitutas toleradas e clandestinas provinha de famílias de baixa condição do próprio distrito, de idades jovens, solteiras e sem instrução, sendo empurradas para essa vida por um conjunto de motivos de toda a ordem. Consideram ainda que as casas de tolerância eram o historicamente apregoadado “mal necessário”, instaladas por outras antigas meretrizes que exploravam as suas semelhantes, situadas no centro do núcleo urbano perante o conhecimento generalizado da população, não deixando de frisar que eram estas devassas o principal foco de propagação das doenças venéreas, retirando-lhes parte do seu pudor e da sua liberdade individual pela imposição de uma fiscalização sanitária, um outro preço a pagarem pela escolha de uma vida dissoluta e perversa.

Ao nível da mentalidade oitocentista, de forma idêntica, surgem as curiosas divagações que mereceram e que firmaram estereótipos em oposição ao ideal da mulher virtuosa, fiel e maternal, tão cultivada na literatura romântica sob esse paradigma da “mulher anjo”. Face ao espectro mais sombrio do género feminino, imbuídas de um “*vicio intimo e profundo*”<sup>26</sup>, excêntricas e levianas, pouco asseadas, invejosas das companheiras e violentas, mentirosas por inclinação, dadas à gula, ao álcool e ao tabaco, etc. Releve-se ainda as caricatas considerações de que as prostitutas espanholas eram as mais desejadas pelos homens portugueses, que as amantes mais recomendáveis seriam as “*que tão-somente praticam a sucção peniana ou se prestam á sodomia*”<sup>27</sup> ou que os diversos métodos anticoncepcionais a que recorriam eram «*coiraças contra o prazer e teias d’aranha contra o perigo*”<sup>28</sup>.

Em jeito de conclusão de tão crua realidade para os padrões civilizacionais do Porto Romântico, podemos humanizar esta retrospectiva histórica sobre a Prostituição com uma das suas heroínas trágicas: Henriqueta Emília da Conceição (1845-1874), arquétipo de vida e das aventuras de uma ilustre cortesã. Uma translação possível de uma história individual para a desse coletivo em par-

<sup>26</sup> ANTONINO, José – *Op. cit.*, p. 37.

<sup>27</sup> VIEIRA, Jorge – *Op. cit.*, p. 44.

<sup>28</sup> ANTONINO, José – *Op. cit.*, p. 48.

ticalar, inspiração como protagonista para obras literárias<sup>29</sup>, uma filha ilegítima nascida e criada numa família pobre, desde os 16 anos convertida em tolerada, igualmente acusada de furtos e outros crimes sem deixar de ser acolhida nos principais círculos sociais do burgo. Amplamente reconhecida pelos portuenses, acabaria (desacreditada...) depois de um escândalo público por amor a uma antiga companheira, cujo cadáver profanou para venerar o seu crânio em casa, e vivendo os últimos anos de uma vida efémera na pobreza e miséria extrema até à inumação numa sepultura térrea no Cemitério do Prado do Repouso<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Vd. DUARTE JÚNIOR, António Joaquim – *Henriqueta ou uma heroína do século XIX – romance original*. Porto: Typ. de Coelho Ferreira, 1877. CLÁUDIO, Mário – *Henriqueta Emília Conceição – teatro*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

<sup>30</sup> Henriqueta da Conceição encomendou um dos mais peculiares mausoléus no cemitério do Prado do Repouso, um pedestal de granito com uma estátua em mármore de S. Francisco, para última morada da companheira e amante de Teresa Maria de Jesus. Vd. QUEIROZ, J. Francisco Ferreira – A encomenda de monumentos sepulcrais no período Romântico e o papel da mulher na construção da memória familiar. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. I Série, vol. V-VI (2006-2007), pp. 509-525.